



Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CARUANA S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (CARUANA), referentes ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Cenário: O exercício de 2019 foi marcado pela ligeira recuperação da atividade econômica puxada pelo aumento da confiança dos agentes econômicos, influenciada, dentre outros fatores, pelos ciclos de corte da taxa SELIC. O setor de mobilidade urbana, o qual a Caruana está relacionada por meio do financiamento de parte suas atividades, apresentou o fim do ciclo de redução da quantidade total de passageiros equivalentes transportados por quilômetro (IPKe), com expectativa de retomada do crescimento para 2020. A produção total de chassis e carrocerias mostrou estabilidade em 2019 quando comparada ao exercício de 2018. Para 2020 acreditamos na manutenção do crescimento econômico, com ligeiro viés de baixa da taxa básica de juros, mostrando-se próximo o fim do atual ciclo de cortes da taxa SELIC, e expectativa de inflação abaixo da meta. O PIB apresenta perspectiva de aceleração de crescimento e as taxas de desemprego redução mais acentuada. Diante do cenário exposto acima a CARUANA encerrou o exercício de 2019 com resultado líquido abaixo da expectativa estabelecida em seu planejamento estratégico, impactado negativamente pelo aumento das despesas com provisão para devedores duvidosos, entretanto, o Patrimônio Líquido apresentou aumento significativo (superior a 17%), devido à aporte de capital por parte de seu acionista, preparando a Companhia

para os novos desafios de 2020 e propiciando cenário otimista de aumento das receitas advindas de juros das operações de crédito e de prestação de serviços. Devido aos impactos locais e globais causados pela Pandemia do COVID – 19 (Coronavírus), intensificados a partir de março de 2020, a CARUANA reforçou sua estrutura patrimonial e aumentou seu estoque de ativos de liquidez. Além disso, a Instituição está apoiando seus clientes visando superar a queda da atividade econômica, de intensidade e duração ainda incertas.

Resultados: A CARUANA encerrou o exercício de 2019 com um total de ativos de R\$ 745.983 mil (R\$ 762.228 mil, em 31 de dezembro de 2018), dos quais as operações de crédito representam R\$ 634.640 mil (R\$ 653.954 mil, em 31 de dezembro de 2018), alcançando redução de 2,95% no período. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 6.548 mil e o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 101.474 mil. A redução do resultado líquido da CARUANA no exercício foi ocasionada pelo aumento da necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo em parte compensada pelo aumento da receita com serviços financeiros e pela redução dos custos de captação de recursos, com aumento da base de clientes investidores e de distribuidoras. Seguindo seu planejamento estratégico, a CARUANA tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, tendo atingido um crescimento de 39,6% no exercício (R\$ 8.190 mil em 31 de dezembro de 2019 contra R\$ 5.868 mil em 31 de dezembro de 2018). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de cartões pré-pagos e pós-pagos,

direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 15,23% dos ativos ponderados pelo risco (RWA), apresentando folga em relação ao mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50%). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da instituição- www.caruana-financeira.com.br.

Destaque: A CARUANA manteve, no exercício de 2019, sua classificação de rating (bra-), divulgada pela agência Standard & Poor's, demonstrando estabilidade financeira e em suas estruturas operacionais. A Companhia continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com as principais bandeiras do mercado. A CARUANA segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha da CARUANA, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da CARUANA.

São Paulo, 26 de março de 2020.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		401.504	407.805	Circulante		290.139	210.056
Disponibilidades	4	4.339	695	Depósitos		49.339	50.828
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	36.861	2.566	Depósitos a prazo	10	24.599	31.264
Títulos e valores mobiliários	6	11.088	22.707	Outros depósitos		24.740	19.564
Carteira própria		11.088	22.707	Recursos de aceites cambiais	10	222.336	135.998
Operações de crédito	7	312.783	346.210	Recursos de aceites cambiais		222.336	135.998
Setor privado – Empréstimos		264.161	281.486	Relações Interfinanceiras		2.828	2.955
Setor privado – Financiamentos		99.729	89.693	Transações de pagamento		2.828	2.955
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(51.107)	(24.969)	Outras obrigações		15.636	20.275
Outros créditos	9	12.207	13.422	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		345	330
Diversos		12.207	13.422	Fiscais e previdenciárias	11a	9.902	12.604
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7	(505)	(6)	Diversas	11c	5.389	7.341
Outros valores e bens		24.226	22.205	Não Circulante		354.370	465.522
Bens não de uso próprio		22.230	23.026	Depósitos	10	51.466	62.166
(Provisão para desvaloriz. de outros valores e bens)		(2.856)	(4.277)	Depósitos a prazo		51.466	62.166
Material em estoque		68	78	Recursos de aceites cambiais	10	282.216	385.126
Despesas antecipadas		4.784	3.378	Recursos de aceites cambiais		282.166	385.126
Não Circulante		340.836	350.919	Recursos de letras imobiliárias		50	–
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	–	58.102	Outras obrigações		20.688	18.230
Títulos e valores mobiliários	6	47.846	–	Dívidas Subordinadas	11b	19.858	17.477
Carteira própria		47.846	–	Diversas	11c	830	753
Operações de crédito	7	263.546	278.035	Patrimônio líquido		101.474	86.650
Setor privado – Empréstimos		178.324	181.634	Capital:			
Setor privado – Financiamentos		91.606	100.073	Domiciliados no País	13	94.579	69.074
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(6.384)	(3.672)	Reserva de lucros		6.895	17.576
Outros créditos	9	25.120	11.461				
Diversos		25.120	11.461				
Outros valores e bens		4.324	3.321				
Despesas antecipadas		4.324	3.289				
Material em estoque		–	32				
Permanente		3.643	3.504				
Investimentos		340	311				
Outros Investimentos		340	311				
Imobilizado de uso		906	1.107				
Outras imobilizações de uso		2.932	2.459				
(-) Depreciação acumulada		(2.026)	(1.352)				
Intangível		2.397	2.086				
Outros ativos intangíveis		4.918	3.803				
(-) Amortização acumulada		(2.521)	(1.717)				
Total do ativo		745.983	762.228	Total do passivo e patrimônio líquido		745.983	762.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Aumento Capital	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		59.459	5.195	1.836	14.199	80.689
Aumento de capital	13a	5.195	(775)	–	–	4.420
Lucro líquido do exercício		–	–	–	13.080	13.080
Dividendos distribuídos	13c	–	–	–	(6.339)	(6.339)
Destinações:						
Reserva legal	13b	–	–	653	–	(653)
Juros sobre capital próprio	13d	–	–	–	(5.200)	(5.200)
Reserva especial de lucros		–	–	–	12.427	(12.427)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		64.654	4.420	2.489	15.087	86.650
Aumento de Capital	13a	25.420	85	–	–	25.505
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.548	6.548
Dividendos distribuídos	13c	–	–	–	(11.929)	(11.929)
Destinações:						
Reserva legal	13b	–	–	327	–	(327)
Reserva especial de lucros		–	–	–	921	(921)
Juros sobre capital próprio	13d	–	–	–	(5.300)	(5.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		90.074	4.505	2.816	4.079	101.474
Saldos em 30 de junho de 2019		69.074	–	3.124	15.303	87.501
Prejuízo do semestre		–	–	–	(6.164)	(6.164)
Aumento de capital	13a	21.000	4.505	–	–	25.505
Dividendos pagos em 2019	13c	–	–	–	(68)	(68)
Destinações:						
Reversão de reserva legal		–	–	(308)	–	308
Juros sobre capital próprio	13d	–	–	–	(5.300)	(5.300)
Reserva especial de lucros		–	–	–	11.156	11.156
Saldos em 31 de dezembro de 2019		90.074	4.505	2.816	4.079	101.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”) iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo Banco Central do Brasil a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica, possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo Banco Central são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No exercício de 2019, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimos e financiamentos ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Sociedade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, conside-

rando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.353/2016; j) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2020. A

Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre		Exercício
		2019	2019	
Receitas de intermediação financeira		68.602	144.037	140.042
Operações de crédito	7h e 8b	65.228	138.040	135.380
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.946	3.774	3.335
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	1.428	2.223	1.225
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	7f.1	–	–	102
Despesas de intermediação financeira		(64.964)	(101.109)	(74.523)
Operações de captação no mercado		(24.845)	(52.581)	(53.269)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(40.119)	(48.528)	(21.254)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.638	42.928	65.519
Outras receitas/(despesas) operacionais		(17.813)	(34.930)	(36.608)
Receitas de prestação de serviços	14	4.560	8.190	5.868
Despesas de pessoal		(3.392)	(6.762)	(6.355)
Outras despesas administrativas	16	(15.994)	(29.851)	(29.736)
Despesas tributárias		(2.365)	(4.808)	(4.464)
Outras receitas operacionais	15 a	93	576	782
Outras despesas operacionais	15 b	(715)	(2.275)	(2.703)
Resultado operacional		(14.175)	7.998	28.911
Resultado não operacional		468	53	(4.798)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(13.707)	8.051	24.113
Imposto de renda e contribuição social	18	7.543	(1.503)	(11.033)
Provisão para imposto de renda		(963)	(8.507)	(8.964)
Provisão para contribuição social		(620)	(5.179)	(7.541)
Ativo fiscal diferido		9.126	12.183	5.472
Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercício		(6.164)	6.548	13.080
Número de ações		56.406.993	56.406.993	45.403.308
Lucro/Prejuízo líquido por lote de mil ações – R\$		(0,11)	0,12	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2º Semestre		Exercício
	2019	2019	
Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios	41.807	53.367	32.985
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercícios	(6.164)	6.548	13.080
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) ao caixa líquido	47.971	46.819	19.905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.119	48.528	21.254
Depreciações e amortizações	556	1.062	945
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(256)	(1.420)	3.176
Impostos diferidos e correntes	7.543	(1.503)	(5.472)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9	152	2
Varição de ativos e passivos	(57.059)	(56.562)	(25.190)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	35.157	23.806	(41.658)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(26.409)	(35.197)	(12.636)
(Aumento) em operações de crédito	(3.481)	(612)	(54.289)
(Aumento)/Redução em outros créditos	(13.941)	561	1.850
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(4.653)	(1.602)	4.127
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(999)	(14.554)	6.981
(Redução) em depósitos a prazo	(16.007)	(17.365)	(555)
Aumento em outros depósitos	8.140	5.175	16.626

... continuação

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 BACEN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge accounting" são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. Em 31 de dezembro 2019 e 2018, a Sociedade não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco contratou ou incorreu em receitas ou despesas com estes instrumentos em 2019 e 2018. **e) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. **f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e, para 31 de dezembro de 2019 a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 2.856 (R\$ 4.277 em 2018) para fazer face à desvalorização de Bens Não de Uso Próprio. **g) Imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinação da Lei 13.169/2015 do art. 1º, a partir de 01 de janeiro de 2019 passa a vigorar a alíquota de 15% para a tributação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resoluções nº 3.355 e 3.059 do BACEN. **j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões e passivos contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Lucro por ação:** O lucro líquido por lote de mil ações em 2019 foi de R\$ 116,08 (R\$ 288,08 em 2018).

4. Caixa e equivalentes de caixa – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2019	2018
Disponibilidades	4.339	695
Cotas de Fundos de Investimento Carteira livre (Nota 6)	1.270	240
Total	5.609	935

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Vencimento até 30 dias	34.201	58.102
Revenda a Liquidar-Posição Bancada (LTN)	2.660	2.566
CDI – Banco Bradesco	2.660	2.566
Total	36.861	60.668

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 3.774 (R\$ 3.335 em 2018).

6. Títulos e valores mobiliários

	2019		2018	
	Custo	Mer-	Custo	Mer-
	Venci-mento	Amor-tizado	Ajuste	cadou
	MTM	Contábil	Contábil	Contábil
Títulos para negociação				
Cotas de Fundos de Investimento Carteira livre	1.270	–	1.270	240
Títulos Públicos – LFT	2020 11.088	–	11.088	1.460
Títulos Públicos – LFT	2024 44.573	(6)	44.567	–
Vinculados ao Banco Central	2020 –	–	–	10.138
Vinculados ao Banco Central	2024 –	–	–	10.543
Vinculados a prestação de garantias	2020 2.009	–	2.009	326
Total	58.940	(6)	58.934	22.707

As cotas dos fundos de investimentos são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2.223 (R\$ 1.225 em 2018).

7. Operações de crédito – a) Composição das operações de crédito

	2019	2018
Operações de crédito		
Desconto	5.698	16.173
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	191.336	189.766
Cartão de Crédito	5.777	4.135
Capital de Giro	425.344	438.031
Conta Garantida	5.665	4.781
Total	633.820	652.886

Outros Créditos

	2019	2018
Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9)	820	1.068
Total das operações de crédito	634.640	653.954

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (57.491) (28.641)

Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9) (6) (6)

Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (57.497) (28.647)

Total de operações de crédito 577.143 625.307

Circulante 313.597 347.272

Não circulante 263.546 278.035

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2019	2018
Comércio	1.455	1.585
Pessoas físicas	9.903	10.522
Serviços	623.282	641.847
Total	634.640	653.954

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

	2019	2018
Vencidos		
Até 30 dias	3.248	21.676
31 a 60 dias	36.525	33.624
61 a 90 dias	949	11.998
Acima de 90 dias	73.188	20.961
SubTotal	113.910	88.259
vencer		
Até 3 meses	85.371	99.168
3 a 12 meses	165.429	184.819
1 a 3 anos	200.329	230.773
3 a 5 anos	62.477	50.598
5 a 15 anos	7.124	337
SubTotal	520.730	565.695
Total	634.640	653.954

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2019		2018	
	Valor	% sobre Carteira	Valor	% sobre PL
10 maiores	146.601	23,10	144,47	
50 maiores	305.771	48,18	301,33	
100 maiores	164.475	25,92	162,09	
Demais emittentes/clientes	17.793	2,80	17,53	
Total	634.640	100,00	634.640	100,00

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

	2019		2018	
	% de provisão	Curso normal	Valor Vencidas	Valor total
Níveis				
A	0,50	310.611	–	310.611
B	1,00	57.801	3.248	61.049
C	3,00	107.633	36.525	144.158
D	10,00	38.377	949	39.326
E	30,00	3	11.562	11.565
F	50,00	5.225	31.041	36.266
G	70,00	912	19.725	20.637
H	100,00	168	10.860	11.028
Total	520.730	113.910	634.640	(57.497)

f) A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação no exercício

	2º Semestre 2019		Exercício 2018	
	2019	2019	2018	2018
Saldo inicial	32.202	28.647	31.562	31.562
Constituição	42.017	51.781	30.189	30.189
Reversão	(1.898)	(3.253)	(9.344)	(9.344)
Reversão (cessão de crédito) Nota f1	–	–	(2.914)	(2.914)
Baixas de créditos contra prejuízo	(14.824)	(19.678)	(20.756)	(20.756)
Saldo final	57.497	57.497	28.647	28.647

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **f.1) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros referem-se a lucros obtidos na cessão de crédito conforme a seguir demonstrado:**

	2º Semestre 2019		Exercício 2018	
	2019	2019	2018	2018
Cessão de Crédito				
Valor presente do ativo	–	–	102	102
Reversão de provisão	–	–	2.914	2.914
Resultado de cessão	–	–	102	102

g) Operações com cartões de crédito: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	2019		2018	
	2019	2019	2018	2018
Ativo				
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	820	1.068	820	1.068
Total	820	1.068	820	1.068
Passivo				
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão (Nota 11c)	(342)	(390)	(342)	(390)
Total	(342)	(390)	(342)	(390)
Saldo líquido	478	678	478	678

h) Resultado das operações de crédito

	2º Semestre 2019		Exercício 2018	
	2019	2019	2018	2018
Rendas de empréstimos				
Capital de giro	36.353	80.240	84.759	84.759
Cartão de crédito	2.310	3.909	1.633	1.633
Conta garantida	611	1.262	1.156	1.156
Rendas de títulos descontados				
Títulos descontados	1.295	2.971	3.194	3.194
Rendas de financiamentos				
Crédito direto ao consumidor (CDC)	23.480	47.042	42.758	42.758
Total	64.049	135.424	133.500	133.500

8. Créditos Renegociados e Recuperados de Prejuízo

a) Renegociados:

	2019	2018
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	18.902	33.795
Capital de Giro	198.441	117.477
Desconto	–	5.130
Total	217.343	156.402

b) Recuperados de Prejuízo: 2º Semestre Exercício

	2019	2019	2018
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	918	2.148	770
Cartão de crédito	254	345	112
Capital de Giro	7	123	235
Desconto	–	–	87
Total	1.179	2.616	1.204

9. Outros créditos diversos

	2019	2018
Créditos tributários (Nota 9a)	34.198	22.015
Impostos e Contribuições a compensar	–	3
Adiantamento para pagamento de nossa conta	80	70
Adiantamentos e antecipações salariais	1	45
Pagamentos a ressarcir	139	139
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	820	1.068
Devedores diversos no País (ii)	2.574	1.521
Rendas a receber	20	20
Devedores para depósito em garantia	–	8
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7a)	(6)	(6)
(-) Provisão para outros créditos	(499)	–
Total	37.327	24.883

Circulante 12.207 13.422

Não circulante 25.120 11.461

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar. (ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente.

a) Créditos Tributários: Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

	Saldo 2018	Constituições/ Reversões	Realizações	Saldo 2019
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.929	19.341	6.848	32.422
Bens não de uso	1.711	196	765	1.142
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	375	171	111	435
Provisão para outros credores	–	199	–	199
Total	22.015	19.907	7.724	34.198

	Saldo 2017	Constituições/ Reversões	Realizações	Saldo 2018
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.673	8.028	(3.772)	19.929
Bens não de uso	467	1.254	(10)	1.711
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	403	201	(229)	375
Total	16.543	9.483	(4.011)	22.015

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	Imposto de Renda	Contribuição Social
2020	5.674	3.404
2021	12.408	7.445
2022	1.049	629

... continuação

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

12. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais

a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** **b.1) Provisões trabalhistas e previdenciárias:** São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 830 (R\$ 733 em dezembro de 2018) relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Sociedade. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos; **b.2) Provisões cíveis:** São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Consignado e Cartões sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão abaixo apresentadas:

	2019			2018
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	
Saldo no início do exercício	182	753	935	933
Constituições	187	482	669	976
Realizações/reversões	(203)	(314)	(517)	(974)
Saldo no final do exercício	166	921	1.087	935

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 01 processo de natureza trabalhista no valor de R\$ 56 (R\$ 292 em 2018) e 24 processos de natureza cível no valor de R\$ 517 (R\$ 3.441 em 2018) que somam R\$ 573 (R\$ 3.733 em 2018), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos: • Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos; • Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operação financeira.

13. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social é representado por 56.406.993 (45.403.308 em 2018) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 25.420, através de moeda corrente nacional, sendo o novo capital social de R\$ 90.074 (69.074 em 2018), representado por 56.406.993 ações ordinárias nominativas, homologado pelo Banco Central do Brasil em 24 de outubro de 2019. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 4.420, através do pagamento de Juros sobre Capital Próprio. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi constituído o valor de R\$ 327 (R\$ 653 em 2018). **c) Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Essa distribuição de dividendo mínimo foi cumprida pelo pagamento de juros sobre o capital próprio (vide nota 13d). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve distribuição de dividendos através de reserva estatutária no montante de R\$ 11.929 (R\$ 6.339 em 2018). **d) Remuneração do capital próprio:** Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2019 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.300 com alíquota de 15% IRRF no montante de R\$ 795, valor líquido de R\$ 4.505 (R\$ 5.200 com R\$ 780 de IRRF, valor líquido de R\$ 4.420 em 2018), calculado com base na taxa de juros TJLP. O valor líquido da JSCP no montante de R\$ 4.505, foi destinado ao aumento de capital.

14. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre		Exercício	
	2019	2019	2019	2018
Tarifas sobre operações de crédito	1.518	2.645	3.072	
Tarifas sobre cartão	2.742	4.987	2.287	
Tarifa sobre cartão frete	120	240	284	
Receita comissões	180	318	225	
Total	4.560	8.190	5.868	

15. Outras receitas/despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais	2º Semestre		Exercício	
	2019	2019	2018	2018
Reversão de provisões operacionais	74	517	283	
Outras rendas operacionais	19	59	499	
Total	93	576	782	

b) Outras despesas operacionais	2º Semestre		Exercício	
	2019	2019	2018	2018
Atualização de impostos	21	50	287	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	523	994	
Outras despesas operacionais	694	1.702	1.422	
Total	715	2.275	2.703	

A Administração

16. Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercício	
	2019	2019	2018	2018
Despesas de processamento de dados	3.513	6.856	6.501	
Despesas de serviços de terceiros	2.900	5.120	3.992	
Despesas de comunicação	524	1.014	791	
Despesas de publicações	76	76	145	
Despesas do serviço financeiro	1.424	2.769	3.056	
Despesas com serviços técnicos especializados	3.232	5.749	6.253	
Despesas de propaganda e publicidade	142	335	524	
Despesas de viagens no País	373	617	721	
Despesas com depreciação e amortização	556	1.062	945	
Despesas com relações públicas	105	105	323	
Despesas com alugueis	520	1.017	944	
Despesas com honorários da diretoria	937	1.790	1.583	
Outras despesas administrativas	1.692	3.341	3.958	
Total	15.994	29.851	29.736	

17. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Descrição	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caruana S/A Participações e Empreendimentos (i)				
Letras de câmbio	(9.542)	(10)	(196)	-
Soma Participações S/A (ii)				
LFSN	(17.385)	(110)	-	-
Letras de câmbio	(105)	-	-	-

(i) controlador; (ii) mesmo acionista controlador da Caruana Participações. **b) Remuneração da Administração:** Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.790 (R\$ 1.583 em 2018). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego.

18. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre		Exercício	
	2019	2019	2018	2018
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social		(13.707)	8.051	24.114
Encargo total do Imposto de renda e Contribuição Social às alíquotas 25% e 15% respectivamente		5.483	(3.220)	(10.851)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
(+) Total adições e (exclusões) permanentes	2.060	1.717	(182)	
(-) JSCP	2.120	2.120	2.340	
(-) Doações	(91)	(307)	(45)	
(+/-) Outros	31	(96)	(2.113)	
Imposto de Renda e da Contribuição Social		7.543	(1.503)	(11.033)

19. Limites operacionais – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

	31/12/2019		Exigência (Limite)	Situação Margem
	Limite Operacional	Situação Margem		
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	62.484	118.935	56.451	
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	46.863	99.077	52.214	
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	35.147	99.077	63.930	
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	19.526	52.214	32.688	
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	59.468	1.246	58.222	
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	101.474	94.474	
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	90.074	83.074	
(*) E alterações complementares.				

	31/12/2018		Exigência (Limite)	Situação Margem
	Limite Operacional	Situação Margem		
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	66.013	88.060	22.047	
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	45.922	84.564	38.642	
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	34.442	84.564	50.122	
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	14.351	22.046	7.695	
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	44.030	1.418	42.612	
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	86.650	79.650	
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	69.074	69.074	
(*) E alterações complementares.				

Yitiro Nishikawa – Contador CRC 1SP 111.488/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabili-

dade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como

Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria – a) Governança: A Administração da CARUANA entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Sociedade.

Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal aculturação leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa estruturada de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor. **b) Controles Internos:** A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro. Para atendimento aos requisitos da PLD, contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie. A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD. **c) Gerenciamento de Riscos:** No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da CARUANA é composta pelo Gestor de Riscos; Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos; Comitê de Riscos; e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela CARUANA, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores. Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado. **d) Ouvidoria:** Atenta aos direitos do consumidor, a CARUANA mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes, buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusiva aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

20. Eventos subsequentes – Aumento de Capital: A Caruana S.A. SCFI, seguindo o firme planejamento de sempre manter adequado o seu capital social e patrimônio líquido, no primeiro trimestre de 2020 concretizou dois aumentos de capital, sendo o primeiro proveniente de AGE de 30/12/2019, por meio do qual seu capital de R\$90.074 passou para R\$ 94.579, com homologação do BACEN em 10/02/2020; e o proveniente da AGE realizada em 14/02/2020, quando o capital social foi elevado para R\$ 103.579, ocorrendo a homologação BACEN em 04/03/2020. Ainda, no dia 20 do corrente mês de março, novo aumento de capital social foi aprovado pelos acionistas da Caruana S.A. SCFI, elevando o capital social para o montante de R\$ 123.379, aumento esse para o qual aguarda-se a necessária homologação BACEN.

parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020.

Deloitte Touche Tohmatsu Guilherme Jorge Dagli Júnior

Auditores Independentes Contador
CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 223.225/O-0 Deloitte.

Martins Agro-Imobiliária S/A

Em Liquidação - CNPJ nº 60.188.943/0001-11

Convocação - Assembléia Geral Ordinária - 25/04/2020

Data: 25/04/2020; Hora: 09:00; Local: Rua Mario Alves de Almeida, nº 225, Jardim Satélite, São José dos Campos/SP. **Deliberações:** a) Prestação de contas do Liquidante, período encerrado em 31/12/2019; b) Outros assuntos de interesse social. Estão à disposição dos Srs. acionistas, na Avenida São João 2375, sala 602 – Jardim das Colinas, São José Campos/SP, documentos que se referem o artigo 133 da Lei 6.404/76. São José dos Campos/SP, 03/03/2020. **Luiz Gustavo Mazzeo Martins.**

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

CNPJ/MF nº 02.417.464/0001-23 - NIRE 35.300.154.142

COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 30 de janeiro de 2020, recebeu a carta de renúncia do Sr. **PAULO YUKIO FUKUZAKI**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, com registro perante a JUCESP nº 151.277/20-5 em 17/03/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia 30/04/2020 às 16h na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 24/03/2020. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente. (25, 26 e 27/03)

